

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**ATA DA 155ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três (12.06.2023), às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) para a sua 155ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se a ausência justificada do Procurador de Justiça José Demóstenes de Abreu. Constatou-se as presenças dos demais membros do Colegiado, estando o Dr. João Rodrigues Filho de forma remota, do Dr. Tarso Rizo Oliveira Ribeiro, Vice-Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), do Dr. Celsimar Custódio Silva, Promotor de Justiça Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público (SINDSEMP/TO), da Sra. Alane Torres de Araújo Martins, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público (Asamp), e de diversos membros e servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para a **eleição suplementar de Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)**, nos termos do Edital CPJ n. 001, de 9 de maio de 2023. De início a Secretária, Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, consignou a candidatura única e tempestiva do Promotor de Justiça Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, bem como que não houve apresentação de qualquer impugnação ou impedimento. Consultado acerca da defesa de sua candidatura, em atenção ao disposto no art. 70, VII, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, o Promotor de Justiça se absteve. Autorizou-se, então, a configuração do sistema de votação eletrônica do MPTO, definindo o prazo de 5 (cinco) minutos para o sufrágio. Encerrado o prazo, a palavra foi concedida ao Dr. Ricardo Vicente da Silva, que registrou não ter conseguido efetivar a sua escolha por problemas técnicos. Não obstante, consignou seu voto ao Promotor de Justiça Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, salientando que não há, a seu ver, pessoa melhor e mais merecedora da função, por toda sua capacidade e envolvimento com a matéria.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procedeu-se portanto à apuração, em que se constatou o total de 9 (nove) votos ao candidato único. Diante disso, o Presidente declarou eleito Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente o Promotor de Justiça Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, para mandato até 25/04/2024, desejando-lhe muito sucesso. Os Procuradores de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha, Marco Antonio Alves Bezerra, Leila da Costa Vilela Magalhães, Ana Paula Reigota Ferreira Catini, Moacir Camargo de Oliveira, Maria Cotinha Bezerra Pereira e Jacqueline Borges Silva Tomaz parabenizaram o novo Coordenador do Caoma, enaltecendo o excelente trabalho que já vinha desenvolvendo na área de meio ambiente junto ao saudoso Dr. José Maria da Silva Júnior. Na sequência, concedeu-se a palavra ao Dr. Tarso Rizo Oliveira Ribeiro, Vice-Presidente da ATMP, que qualificou o Dr. Francisco Brandes como um homem honrado, grande pai de família e excelente profissional. Destacou ainda ter a certeza de que o Caoma não poderia estar em melhores mãos visando a continuidade do brilhante trabalho desempenhado pelo Dr. José Maria. O Dr. Luciano Cesar Casaroti colocou a Procuradoria-Geral de Justiça à disposição do Coordenador do Caoma no que for possível. Registrou já ter tomado ciência do plano de trabalho anual do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA), com as ações e prioridades a serem desenvolvidas nas áreas de atuação eleitas como prioridade, ressalvada a impossibilidade de melhoria imediata da estrutura de pessoal. Por fim, o Promotor de Justiça Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Coordenador eleito do Caoma, agradeceu a todos pelo voto de confiança que lhe foi depositado, sobretudo neste momento complexo da Instituição, dos pontos de vista interno e emocional. Ao ensejo, agradeceu a todos os servidores do Ministério Público, em especial do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, que encamparam o projeto desenvolvido por décadas pelo Dr. José Maria da Silva Júnior. Se comprometeu a buscar, durante esse mandato, cumprir com lealdade todo o planejamento, as ideias, a dedicação e o amor empenhados pelo seu antecessor ao meio ambiente, a fim de deixar às próximas gerações um ecossistema ao menos igual, ou melhor, do que o existente hoje. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às quatorze horas e trinta minutos (14h30), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que,

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti

Leila da Costa Vilela Magalhães

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Moacir Camargo de Oliveira

Marcos Luciano Bignotti